

Ata da Audiência Pública do licenciamento Ambiental da Alteração Projeto do TERMINAL INDUSTRIAL DA IMETAME, realizada em Aracruz/ES, em 28 de fevereiro de 2018.

Aos 28 dias do mês de fevereiro de 2018, às 19h18, Auditório do SESI em Aracruz (sede). Rua Epiphânio Pontin, n.º 985, Bairro Vila Nova, município de Aracruz, Estado Espírito Santo, dá-se início à Audiência Pública do processo de licenciamento ambiental do Projeto da Alteração Terminal Industrial IMETAME, localizando no município de Aracruz, conforme convocação do Sr. Jader Mutzig Bruna, Diretor Presidente do Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, usando das suas atribuições conferidas pelo Decreto 840-S, de 17/06/16, e nos termos da Lei Complementar 248, de 02/07/2002 e suas alterações, em atendimento à Lei 4.701, de 01/12/1992, ao Decreto 4.039-R, de 07/12/2016, publicada no Diário Oficial do Estado do dia 16 de fevereiro de 2018; tendo a com a finalidade de divulgar e discutir a alteração de projeto do Terminal Industrial da Imetame, seus impactos e as alternativas tecnológicas junto às partes interessadas, devendo também coletar opiniões e críticas para fundamentar a tomada de decisão.

A Mediadora da audiência é a Sra. Julianna Calmon Faria, Agente em Desenvolvimento Ambiental e Recursos Hídricos, tendo como suplente o Sr. Elias Alberto Morgan, Coordenador de Área. O Secretário é o Sr. Franz-Schubert Sathler Alves Ambrósio, Taquígrafo Parlamentar.

A Mediadora apresenta a dinâmica da Audiência Pública; faz a leitura das regras desta Audiência Pública distribuídas na entrada do recinto, ressalta-se que não haverá votação pela aprovação ou rejeição do empreendimento. Fala das regras do debate. Que ata e as perguntas estarão à disposição no Iema, a partir do dia 14 de março de 2018.

A seguir apresenta a equipe técnica do Iema responsável pela análise deste processo de licenciamento, Aline Nunes Garcia, Cláudio Dalle Olle, Elias Alberto Morgan (Coordenador), Julianna Calmon Faria, Luiz Antônio Cotia Deister, Sergio Fontini de Oliveira, Diretor Técnico e Maria Sepulcri Salaroli (Gerente).

A seguir a Sra. Julianna Calmon fala do momento da realização da Audiência Pública; dos aspectos legais que normatizam o licenciamento; Do Relatório de Controle Ambiental – RCA, sendo este o caso, devido a alteração no projeto; do



trâmite do processo dentro do órgão ambiental. Ressalta a importância da participação popular no processo de licenciamento.

Às **19h29min** o Sr. Giuliano Guasti Favalessa, Diretor da IMETAME, passa a apresentar o projeto. Comenta sobre o histórico do processo. Apresenta a situação atual do projeto, os equipamentos existentes, que não foi feita ainda nenhuma intervenção marítima. Fala das razões da mudança da matriz de carga visa tornar o negócio mais sólido para a atração de novos investidores. Fala no novo *layout*, com aumento da aérea construída a oeste da ES-010; com a grande redução na área construída no mar; o quebra-mar e a bacia de evolução aumentaram um pouco. Um dos principais motivos da mudança foi a alteração na matriz de carga, agora com contêiner e granel. Alteração para 350 empregos direto e no pico serão 650, aumentando o período de implantação, agora 03 anos. Na fase de operação passa-se para 640 empregos diretos ao longo dos anos, com pico de 1.100. Na questão do tráfego na implantação eram 90 unidades de transporte, passando para 120. Na Operação, passa de 50,8 para 238 UCP/h no pico. Diz que não haverá alteração na rota que utilizam a ES-257, ES-445 e a BR-101. Aumento da dragagem até 17m no cais e 18m na área de manobra. Que não haverá alteração da área do bota-fora, de 3,6 milhões/m². (bota-fora terrestre). Diz que o compromisso com as comunidades não muda. Encerra-se essa apresentação às **19h42min**.

A seguir o Sr. João Paulo Cerutti, Gerente de Projetos da Econservation, empresa responsável pelo Relatório de Controle Ambiental – RCA, passa a comentar sobre os estudos ambientais. Explica como são elaborados os estudos. Apresenta as premissas básicas utilizadas para o estudo considerando as alterações no projeto, como o bota-fora terrestre e a questão das cargas. Que os impactos foram reanalisados e reclassificados de acordo com as alterações no projeto do Terminal.

No meio físico foi identificado o impacto potencial, o risco de salinização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Como medida mitigadora propõe-se a secagem do material úmido, fazer a impermeabilização e a implantação de gestão e controle do descarte.

No meio biótico identificou-se o a atração de fauna sinantrópica, considerando a mudança da matriz de carga no porto. É impacto de baixa a média magnitude. Como



medida mitigadora. Evitar o armazenamento de produtos por longos períodos, promover remoção de quaisquer condições que sirva de abrigo a essa fauna.

No meio socioeconômico foram identificados os seguintes impactos: a geração de empregos, positivo, que deve ser potencializado com a priorização da mão de obra local; qualificar essa mão de obra. Outro impacto foi a alteração da paisagem, o aumento do tráfego local e o aumento de arrecadação tributária. Para cada impacto identificado foram apresentadas as devidas medidas de mitigação. A apresentação encerra-se às **20h08min**.

A seguir a Sra. Mediadora diz que os estudos estão à disposição na entrada no recinto. Passa a explicar sobre o momento do debate, com as regras para formulação das perguntas escritas e orais.

A reunião é suspensa às 20h08min, sendo reaberta às 20h36min.

A Sra. Mediadora convida a compor a Mesa compor o Sr. Sérgio Fantini de Oliveira, e o Sr. Elias Morgan, representando a SEAMA e o IEMA, o Sr. Giuliano Guasti Favalessa, da IMETAME e o Sr. João Paulo Cerutti, da Econservation.

Às 20h dá início à fase dos debates com as perguntas por escrito.

Lê-se a pergunta da Letícia Castilho, sobre os problemas com o bota-fora.

O Sr. Giuliano, da Imetame esclarece que essa atividade será o tempo todo acompanhada.

Lê-se a Pergunta do Sr. Francisco Lopes quanto ao aumento do tráfego em Aracruz.

O Sr. Giuliano, da Imetame, coloca que o empreendimento vai trazer sim o aumento do tráfego, a prefeitura está tratando disso com o estudo de impacto de vizinhança, e estão sendo tomadas medidas para mitigar a questão.

Lê-se a Pergunta da Sra. Lúcia de Oliveira sobre a forma de contratação do pessoal local.

O Sr. Giuliano diz que a Imetame possui mais oitenta e cinco por cento do pessoal sendo do local, é um histórico da empresa e será mantido.

Lê-se a Pergunta da Sra. Zelita Novaes, de Aracruz sobre risco de contaminação das praias. O Sr. João Paulo, da Econservation comenta sobre os programas de monitoramento desses impactos, que vai atestar a eficácia das medidas adotadas.

Lê-se a outra Pergunta da Zelita Novaes sobre os problemas de impacto no mar por



derrame de rejeitos e outros na fase de construção. O Sr. João Paulo diz que não se pode afirmar que haverá despejo de rejeitos no mar.

Lê-se a Pergunta da Sra. Jeisiane Fagundes Pereira, sobre impactos na vida marinha e se tem projeto de recuperação da restinga perdida.

O Sr. João Paulo, diz que na fase de operação tem o risco de colisão com embarcações, perturbação da biota marinha. São possíveis, mas se sabe se acontecerão. São impactos já avaliados no âmbito da licença anterior.

Ainda o Sr. Cláudio Dalle Olle, do Iema comenta a área da restinga, que já foram analisadas a fauna e flora, quando da supressão; que foram aplicadas os programas de recuperação e de compensação.

Foram feitas projetos de recuperação nas dunas, uma área do litoral, que na área do empreendimento já foi feito na fase anterior.

Lê-se a Pergunta da Sra. Juliara Santana Moreira, sobre a forma de compensação pela perda de um patrimônio natural. O Sr. Giuliano, da Imetame diz que as formas de compensação são aquelas inseridas nos estudos, do PRAD, de acordo com as condicionantes e na forma legal.

Lê-se a Pergunta da Sra. Sandra, do Conselho APA Costa das Algas e RVS Santa Cruz, sobre o aumento das embarcações, e sobre as rotas previstas com potencial impactos na fauna e nas unidades de conservação.

O Sr. João Paulo, da Econservation, diz que são 8 níveis de serviço, em cada nível tem uma representação dentro das vias de tráfego.

O Sr. Anderson, da Imetame diz que não haverá um aumento significativo de tráfego, que em Barra do Riacho haverá um aumento devido a essas atividades no porto. Geralmente serão semanal, um navio a cada 48h.

O Sr. Giuliano, diz que não há registro de presença de baleias na área.

Às 20h55min passa-se a fase oral

A Sra. Mariza Giacomini Lozer, pondera sobre o problema de lidar com resíduos sólidos. Pergunta sobre a técnica de impermeabilização dos bota-foras, considerando a preocupação de contaminação do lençol freático. O Sr. João Paulo diz que no caso da Imetame a proposta é utilização de uma argila muito impermeável, aplicada em conjunto, por exemplo, com a secagem. Além disso, tem o programa de



monitoramento das águas subterrâneas.

O Sr. Elias Alberto Morgan, do Iema, diz que haverá uma condicionante para isso. Que vai de encontro do fluxo da água subterrânea, se haverá salinização e o risco para o lençol freático.

O Sr. Israel Azeredo, Presidente da Associação de Moradores de Barra do Riacho, solicita que seja realizada uma nova audiência na orla, em obediência ao que a lei determina. Vieram apenas 04 pessoas no ônibus. Diz que a contratação da mão de obra local não é como se fala nas audiências. Que a água fornecida pelo SAAE é de baixa qualidade. Fala também da preocupação com o aumento tráfego, do adensamento populacional; que vem pessoas boas e ruins e que impactam os equipamentos públicos de saúde e da educação. Sugere que se faça um diálogo com a comunidade tradicional, comunidade indígena e com a Vila de pescadores. Pergunta ainda se haverá alguma compensação aos pescadores, por causa do aterro marítimo que vai limitar mais a atividade de pesca.

A Sra. Mediadora, Giulianna Calmon, diz que a solicitação de Audiência será avaliada pelo órgão e posteriormente dará a resposta.

O Sr. Giuliano Favalessa, da Imetame, volta a dizer que a Imetame prioriza a mão de obra local com percentual de mais de oitenta por cento. Diz que o tema adensamento populacional diz mais respeito ao poder público para tratar. Sobre a salinidade comenta sobre as medidas de controle já colocadas pelo Sr. João, e esse monitoramento será fiscalizado pelo Iema. Quanto ao bota-fora; diz que não tem área nova, trata-se da mesma área que já está licenciada desde 2014, utilizada pela Fibria. Quanto ao tráfego, vale a pena informar que a prefeitura está tomando medidas para a ES-257. Quanto a ES-445, a mais próxima da comunidade, ela irá comportar o trânsito naturalmente.

A Sra. Giulianna Calmon, analista da parte socioeconômica, diz que a pressão sobre os serviços sociocomunitários e o adensamento populacional devem ser muito delimitados nos estudos, inclusive, indicar de onde dever sair o recurso para atender ao aumento da pressão. Que todos os documentos apresentados ainda serão analisados pelo Iema.

O Sr. Sérgio Fantini, do Iema comenta que o risco de acidente é real; Que as



empresas, na parte de responsabilidade social, devem manter programas de treinamento e preventivos para os funcionários, que são fiscalizados pelos órgãos competentes. Diz ainda que o bota-fora já foi licenciado com toda preocupação com a diversidade marinha. E tem um limite de uso, de tempo e de capacidade. O monitoramento vai indicar quando chegar no limite, então a empresa terá que licenciar outra área.

O Sr. Marcelo Travassos, da Econservation diz que a Portocel utilizou uma pequena parte da área licenciada para bota-fora, e para esse empreendimento foi selecionada uma área dentro dessa maior da Portocel, capaz de receber todo o material, e para isso foram realizados estudo de capacidade de suporte.

O Sr. Herval Nogueira Junior, pergunta se no estudo do bota-fora contempla o volume da Portocel II. Comenta sobre a alteração nas características do projeto, passando a ser um Porto operacional. Pergunta sobre o impacto do aumento de tráfego em prejuízo aos pescadores e ocasionando mortandade de cetáceos. Fala ainda da necessidade da realização de outra audiência em respeito aos pescadores e aos moradores da orla. Pergunta sobre o controle da água de lastro, pois terá atividade de cargas diversas, do risco de espécies exóticas; ainda pergunta sobre o consumo de água, considerando o abastecimento dos navios.

O Sr. João Paulo, da Econservation fala sobre o monitoramento de água de lastro. O Sr. Marcelo, da Econservation, cita a NORMAN 20, que trata da água de lastro. Comenta sobre os riscos da introdução das espécies exóticas. Existem programas de monitoramento para identificar a presença dessas espécies. Que o projeto prevê todos esses controles. Que as embarcações serão monitoradas ao acessar o porto.

Diz que os institutos vêm registrando um aumento das populações de cetáceos, e que as pesquisas não relacionam a morte de baleias com as atividades de petróleo *offshore*, como movimentações de embarcações. O Sr. Herval questiona que os resultados dos programas tem que ser levado ao conhecimento das comunidades. Fala do grande fluxo de navegação com a quantidade de empresas que operam. Cita ainda a Lei 12.815/13, a nova Lei Portuária, e pergunta se o Iema se atenta para o que prevê a lei.

A Sra. Giulianna Calmon fala do papel das comissões de acompanhamento onde os



relatórios são disponibilizados. Que isso pode ser implementado no projeto.

A Sra. Alice Nunes, do Iema, coloca que na fase de operação a empresa terá que informar qual a carga de, de fato, ela quer operar, então o órgão ambiental analisará se as medidas de controle atendem. O órgão pode vetar a operação de determinada carga. Diz ainda que a Lei estabelece o mínimo, mas o órgão é livre para estabelecer controles mais rígidos; não pode ficar aquém da lei.

A Sra. Giulianna coloca que o órgão não se atrela a essa lei (OGMO). Que o licenciamento ambiental é atrelado a impactos que cada carga pode oferecer à operação portuária. O Sr. Anderson da Silva, da Imetame, coloca a água é para consumo do próprio terminal, como está na licença anterior. Que poderá fornecer aos navios se tiver essa disponibilidade.

A Sra. Maria das Graças do Couto Ribeiro, de Vila do Riacho, fala da preocupação da água de lastro, mas que já foi respondida, que já é controlada.

Lê-se a Pergunta do Sr. Vanderley Andrade, de Marobá, sobre as oportunidades sustentáveis. O Sr. Giuliano, da Imetame, cita o declínio das atividades offshore devido a recessão, tendo a necessidade de implementar atividades sustentáveis no sentido de manter o porto como uma atividade econômica interessante.

Essa fase encerra-se às 21h47min. Não havendo mais manifestações, a Sra. Mediadora informa que serão recebidas manifestações adicionais por escrito sobre o empreendimento, no IEMA até o dia 14/03/2018, também a Ata desta Audiência, a lista de presença e perguntas estarão à disposição no site do IEMA (www.iema.es.gov.br).

Registra-se que estiveram presentes nesta Audiência 150 pessoas. Solicita que 05 (cinco) voluntários assinem esta ata.

O Sr. Sérgio Fantini de Oliveira, do IEMA, diz que esta não é uma reunião que garante a licença para empresa, que isso é mais uma etapa e que será analisada a viabilidade do empreendimento. Agradece a participação de todos; que todas as manifestações serão consideradas. Que darão retorno das solicitações feitas.

Nada mais havendo a tratar, a Audiência Pública encerra-se às 21h55. Eu, Secretário que a tudo presenciei, lavro e assino a presente ata juntamente com os abaixo. Vila Nova, Aracruz/ES, em 28 de fevereiro de 2018.



